

ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

CURRICULUM ADAPTATION FOR STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS

Aline Maria Ramos de Oliveira Vargas¹

Resumo: Este artigo aborda um tema relevante para os dias atuais e de suma importância para as escolas regulares que é a adaptação curricular para alunos com necessidades educacionais especiais, discorrendo sobre a importância de uma formação específica para os professores de escolas regulares que recebem alunos da educação inclusiva, a fim de garantir uma educação de qualidade. Tem como objetivo discutir como promover a inclusão social e ao mesmo tempo garantir uma educação de qualidade e garantindo a equidade, uma vez que o público da educação especial vem aumentando nas escolas regulares. Deste modo, a adaptação curricular, as estratégias e a metodologia adequadas são de extrema necessidade, porém esse público específico precisa de um olhar mais apurado por parte do professor. Nesse sentido, observa-se que há uma necessidade de uma formação continuada dos professores para garantir uma educação de qualidade a todos os alunos sem distinção.

Palavras-chave: Adaptação curricular – educação especial – qualidade – equidade

Abstract: This article addresses a topic that is relevant to the present day and of paramount importance for regular schools, which is curricular adaptation for students with special educational needs, discussing the importance of specific training for teachers in regular schools who receive inclusive

¹ Mestranda em Educação, Pós-graduada em Psicopedagogia, Especialista em Língua Portuguesa e Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Inglesa e suas Literaturas. Sou professora de Língua Portuguesa atuante na rede pública do Estado de São Paulo.

education students. To guarantee quality education. Its objective is to discuss how to promote social inclusion and at the same time guarantee quality education and guarantee equity, since the audience for special education has been increasing in regular schools. Therefore, curricular adaptation, appropriate strategies and methodology are extremely necessary, but this specific audience needs a more in-depth look on the part of the teacher. In this sense, it is observed that there is a need for continued training of teachers to guarantee quality education to all students without distinction.

Keywords: Curricular adaptation – special education – quality – equity

Introdução

Nas últimas décadas o número de matrículas de alunos portadores de necessidades educacionais especiais (NEE) em escolas regulares vem aumentando consideravelmente, devido a diversas políticas públicas implementadas para garantir o direito à educação inclusiva, no entanto esse direito ainda não está garantido, por causa de diversos fatores, tais como: salas superlotadas, falta de recursos adequados para esse público e falta de formação continuada para os professores da escola regular (Bueno, 2006, p. 16).

O cenário da inclusivo na educação mudou a partir de 1994 com a Declaração de Salamanca assinada na Espanha durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, organizada pela UNESCO, esse documento foi o divisor de águas quando se trata da educação especial, pois garantiu educação de qualidade a todas as crianças incluindo as que apresentam qualquer tipo de deficiência e aquelas que apresentam situação de vulnerabilidade ou dificuldade temporária.

A Declaração defende o princípio fundamental da escola inclusiva ao reconhecer às diversas necessidades de seus alunos, garantindo uma educação de qualidade através de um currículo adequado e estratégias de ensino que respeitem o ritmo de aprendizagem de cada indivíduo, desse modo causou impacto em muitos países, ressaltando tanto a importância de garantir acesso a uma

educação adequada a todos, quanto defendendo que escolas regulares com orientações inclusivas são meios de combater a discriminação e criar uma sociedade inclusiva.

Em decorrência de implementação de políticas públicas, como por exemplo o Decreto Presidencial nº 6.571/2008, que aborda exclusivamente o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, em seguida, o Decreto Presidencial nº 7.611/2011, que se propõe a organizar a modalidade da Educação Especial como um todo, houve um aumento expressivo de alunos especiais matriculados nas escolas comuns. Essa Política Nacional manifesta-se como modelo de inclusão, propondo que todos os estudantes tenham o direito de frequentar a sala comum, aprendendo e participando sem discriminação.

Assim sendo, o aluno com deficiência deve receber atendimento especializado na própria escola ou em centros especializados no contraturno da escola regular como um complemento e não como substituto do ensino regular. Esse tipo de atendimento tem como objetivo identificar as dificuldades desse aluno, elaborar um plano de ação e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que supram suas necessidades educacionais, promovendo a inclusão plena.

Contudo, deve-se levar em conta que não somente as atividades devem ser adaptadas, mas também as estratégias de ensino. Nesse sentido, observa-se que há uma necessidade de uma formação continuada dos professores para garantir uma educação de qualidade a todos os alunos sem distinção. De acordo com Silveira (2013), há uma grande dificuldade quando se trata em identificar as necessidades de cada aluno e conciliar interesses distintos da turma, por isso a adaptação curricular se torna complexa. É fundamental compreender que o educador aprende de maneira significativa a contribuir para a aprendizagem de seus alunos, possibilitando a superação de dificuldades enfrentadas, por isso é muito importante dar um feedback a esses profissionais no que se diz a respeito da adaptação curricular (Tardif, 2002).

Uma vez que de acordo com relatório da Unesco (2020), 70% dos países da América Latina possuem leis e políticas para capacitação de professores para inclusão geral, porém apenas 59% apresentam programas de capacitação para necessidades educacionais especiais, além disso, mais

de 50% dos professores no Brasil, na Colômbia e no México expuseram uma ampla necessidade de desenvolvimento na área da educação inclusiva. (UNESCO, 2020).

Além disso, os números se tornam mais expressivos quando se trata do Ensino Médio, cerca de 50% dos docentes alegam nunca terem tido formação no tema, de acordo com a pesquisa realizada pelo Datafolha, 2022. E dentre aqueles que tiveram uma formação continuada na área de Educação Especial, não é possível saber qual foi a abordagem, isto é, se a perspectiva está focada na deficiência em termos médicos ou inclusiva com o objetivo de eliminar barreiras que impeçam o desenvolvimento da aprendizagem desse aluno, favorecendo a equidade (Mendes, 2020).

Uma forma disso acontecer é constituir condições para o desenvolvimento de um trabalho colaborativo, entre o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que precisa estabelecer metas de acordo com a individualidade de cada aluno especial e o professor da sala comum, através de horas extraclasse que possam ser dedicadas ao planejamento pedagógico inclusivo, construção de materiais pedagógicos acessíveis que priorizem a potencialidade individual.

Conceitos fundamentais da educação inclusiva

De acordo com o Censo Escolar (2005 e 2011), as matrículas de alunos portadores de necessidades educacionais especiais (NEE) em escolas regulares vem aumentando consideravelmente. Porém, nem sempre foi assim, há alguns anos essas crianças eram retiradas no convívio social para frequentarem classes especiais em instituições especializadas de acordo com as suas necessidades, favorecendo a exclusão dessas crianças.

A mudança desse cenário se dá a partir de 1994, quando na Espanha é assinada Declaração de Salamanca, durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, organizada pela UNESCO, esse documento garantiu educação de qualidade a todas as crianças incluindo as que apresentam qualquer tipo de deficiência ou situação de vulnerabilidade ou dificuldade temporária. Independentemente de quaisquer implicações que a criança possa ter, a Declaração defende o princípio

fundamental da escola inclusiva ao reconhecer às diversas necessidades de seus alunos, garantindo uma educação de qualidade através de um currículo adequado e estratégias de ensino que respeitem o ritmo de aprendizagem de cada indivíduo. Portanto, representa um marco na história da educação inclusiva ao ampliar o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não conseguem se beneficiar da escola, seja qual for o motivo.

Desse modo, a Declaração de Salamanca causou impacto em muitos países, ressaltando tanto a importância de garantir acesso a uma educação adequada a todos, quanto defendendo que escolas regulares com orientações inclusivas são meios de combater a discriminação e criar uma sociedade inclusiva, sugerindo que os governos, as organizações internacionais e as comunidades locais colaborem proporcionando recursos necessários, incluindo a formação de professores, desenvolvimento de currículos inclusivos e apoio dentro das escolas. No entanto, sua implementação efetiva ainda enfrenta muitos desafios. Como por exemplo, garantir que as escolas se organizem para atender a todos sem distinção e assegurar uma educação de qualidade a todos, ajustando-se aos diferentes ritmos de aprendizagem através do uso de recursos e estratégias de ensino adequados.

Já no Brasil, a Declaração de Salamanca disponível no site do Ministério da Educação apresenta um cenário político, no qual já aloca, na educação, a responsabilidade pela inclusão social, garantindo uma educação a todos e dando oportunidade, ao cidadão, de sua inserção no mercado de trabalho, através de investimentos na Educação Profissional e Tecnológica e no Ensino Superior. Nessa perspectiva, a escola inclusiva valoriza a potencialidade de cada um, dando condições a todos os estudantes para que se desenvolvam integralmente, compartilhando o mesmo ambiente de ensino aprendizagem sem discriminações de qualquer natureza.

Portanto, a modalidade de Educação Especial é um direito constitucional presente em toda a Educação Básica, definida pela Lei de Diretrizes e Bases Da Educação (Lei nº 9.394/1996), tendo como público-alvo estudantes com deficiências de qualquer espécie, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Sendo, assim, dever do Estado e das famílias proporcionar às crianças e adolescentes meios de acesso e permanência nas escolas.

Ainda, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), em seu artigo 27, fica garantido o direito da pessoa com deficiência à educação básica, de forma que se torne equitativa em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida, alcançando, assim, um desenvolvimento pleno de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, de acordo com suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Para se compreender a importância da lei de inclusão se faz necessário um retorno ao passado, pois historicamente as crianças e adolescentes com deficiência eram totalmente excluídas das redes de ensino e do convívio social, sendo atendidas por uma instituição. Num segundo momento, essas crianças passaram a frequentar salas especiais, e a educação especial passou a ser substituta do ensino regular, resultando em privação do processo de aprendizagem em ambiente comum a todos proporcionando uma menor socialização.

Atualmente, há um aumento expressivo de alunos especiais matriculados nas escolas comuns, em decorrência de implementação de políticas públicas, como por exemplo o Decreto Presidencial nº 6.571/2008, que aborda exclusivamente o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, em seguida, o Decreto Presidencial nº 7.611/2011, que se propõe a organizar a modalidade da Educação Especial como um todo. Essa Política Nacional manifesta-se como modelo de inclusão, propondo que todos os estudantes têm o direito de frequentar a sala comum, aprendendo e participando sem discriminação. E o aluno com deficiência deve receber atendimento especializado na própria escola ou em centros especializados no contraturno da escola regular como um complemento e não como substituto do ensino regular. Esse tipo de atendimento tem como objetivo identificar as dificuldades desse aluno, elaborar um plano de ação e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que supram suas necessidades educacionais, promovendo a inclusão plena.

Porém, surge um novo dilema relevante apontado no documento “Educação Já 2022”: a necessidade de capacitação do professorado, com objetivo de preparar estes profissionais da educação, motivá-los e dar-lhes condições adequadas de trabalho em toda escola, este é um dos mais complexos desafios da profissão docente. Pois, de acordo com relatório da Unesco (2020), 70% dos países da

América Latina possuem leis e políticas para capacitação de professores para inclusão geral, porém apenas 59% apresentam programas de capacitação para necessidades educacionais especiais, além disso, mais de 50% dos professores no Brasil, na Colômbia e no México expuseram uma ampla necessidade de desenvolvimento na área da educação inclusiva. (UNESCO, 2020).

Além disso, os números se tornam mais expressivos quando se trata do Ensino Médio, cerca de 50% dos docentes alegam nunca terem tido formação no tema, de acordo com a pesquisa realizada pelo Datafolha, e publicada no dia 16 de maio de 2022 no jornal Folha de São Paulo. E dentre aqueles que tiveram uma formação continuada na área de Educação Especial, não é possível saber qual foi a abordagem, isto é, se a perspectiva está focada na deficiência em termos médicos ou inclusiva com o objetivo de eliminar barreiras que impedem o desenvolvimento da aprendizagem desse aluno, favorecendo a equidade (Mendes, 2020).

No entanto, a inclusão sugere que os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) frequentem salas comuns, e os professores devem acolher e ensinar esses alunos juntamente com os demais. Assim, os docentes precisam ter acesso a ferramentas e recursos pedagógicos necessários para oferecer os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de forma inclusiva, respeitando o tempo e aptidão de aprendizagem de cada estudante.

Uma forma disso acontecer é constituir condições para o desenvolvimento de um trabalho colaborativo, entre o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que precisa estabelecer metas de acordo com a individualidade de cada aluno especial e o professor da sala comum, através de horas extraclasse que possam ser dedicadas ao planejamento pedagógico inclusivo, construção de materiais pedagógicos acessíveis que priorizem a potencialidade individual.

Desta forma, ao se selecionar profissionais para atuarem na carreira docente é relevante considerar a inclusão, todavia quando se abre discussão sobre o tema, é importante considerar os meios de avaliação, uma vez que o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) não permitem avaliar nem identificar alunos NEE, seja por questão de privacidade, equidade ou padronização dos dados, além disso incluir variáveis que possam

identificar esses alunos pode levar a comparações injustas.

Porém, é importante citar que conhecimentos essenciais de escrita, leitura e matemática são indispensáveis a todos, com isso, a avaliação de aprendizagem precisa ser melhorada para abranger também a Educação Especial, compreendendo o processo de aprendizagem para além de resultados e performance, respeitando as diferenças e garantindo que suas necessidades sejam atendidas de maneira adequada.

Portanto, é primordial compreender que a avaliação da aprendizagem pode diagnosticar melhores caminhos a serem adotados pelo professor, além de proporcionar crescimento pessoal. Para Chizzotti (2016), a avaliação é sempre um juízo de valor impregnada de subjetividade, por isso muitos professores sentem receio em avaliar alunos NEE. No entanto, ao avaliar esse tipo de aluno deve-se elevar em conta alguns fatores, tais como: os aspectos de desenvolvimento biológico, intelectual, motor, emocional, social, comunicação e linguagem; o nível de competência curricular (em relação a conteúdos anteriores e a serem desenvolvidos) e como ele aprende (capacidade de atenção, estratégias próprias de aprendizagem).

Dessa forma, para que o ensino se torne eficiente e a avaliação não seja um instrumento equivocado é necessário fazer uma avaliação diagnóstica dos saberes e necessidades desses alunos e isso requer recursos pedagógicos e metodologias específicas para cada tipo de necessidade, por isso, é importante saber a classificação desse alunado para efeito de prioridade no seu atendimento especializado, de preferência na rede regular de ensino. Portanto, pode-se classificar como necessidades educacionais especiais alunos portadores de algum tipo de deficiência mental, visual, auditiva, física ou múltipla; problemas de conduta e superdotação (Aranha, 2003).

Para fins de uniformização, a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e do Desporto, propõe terminologias, conceitos e características para definir os tipos de deficiência, a observar na tabela abaixo:

Tabela 1 - Termologias, Conceitos e características específicas a cada tipo de deficiência

Termologia	Conceito	Características
Superdotação	Grande desempenho acadêmico, habilidades ou capacidades acima da média em uma ou mais áreas do conhecimento;	Criatividade; a motivação, curiosidade e habilidade para resolver problemas de forma original e eficiente.
Condutas Típicas	Manifestações comportamentais típicas de portadores de algumas síndromes e quadros neurológicos ou psiquiátricos.	Pode causar atrasos no desenvolvimento cognitivo e prejuízos no relacionamento, o que requer intervenção e atendimento especializado.
Deficiência auditiva	Perda auditiva total ou parcial que impede o indivíduo compreender a fala e a expressar-se oralmente.	A maioria dos deficientes auditivos optam por línguas de sinais (LIBRAS), o que pode necessitar de um intérprete.
Deficiência Física	Diversas condições físicas ou sensoriais que afetam os indivíduos em termos de mobilidade, coordenação motora em geral e da fala.	Pode ser em decorrência de lesões neurológicas, ortopédicas ou malformações.
Deficiência mental	Funcionalidade intelectual abaixo da média, limitando o indivíduo a participação social.	Pode ocasionar baixo rendimento escolar, limitar a comunicação e as habilidades sociais, cuidados pessoais
Deficiência visual	Perda parcial (baixa visão) ou total (cegueira) da capacidade de enxergar.	No contexto educacional o indivíduo pode precisar do método braile como meio de leitura e escrita no caso de cegueira ou auxílio de lentes e ampliações no caso de baixa visão.
Deficiência Múltipla	Associação de duas ou mais deficiências primárias no mesmo indivíduo.	Acarreta baixo rendimento cognitivo e defasagem no aprendizado e dificuldade adaptativa.

Fonte: elaborada a partir de Aranha, 2003.

No entanto, é importante observar as respostas educacionais de um aluno especial durante seu processo de ensino-aprendizagem, e considerar suas dificuldades e avanços antes de adotar procedimentos educacionais para que isso não cause efeito negativo, ou seja é muito importante

identificar as necessidades educacionais específicas de cada aluno, isso implica considerar suas limitações e esforços empreendidos a fim de superá-las por meio de recursos utilizados na escola.

Assim, não se deve em hipótese alguma confundir necessidades educacionais especiais com fracasso escolar, isto é, necessidades educacionais também podem ser relacionadas a diversas situações representadas como dificuldades de aprendizagem. Dentre os fatores que implicam nessa defasagem de aprendizado, destacam-se: condições individuais, econômicas ou socioeducacionais dos alunos, como por exemplo “crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas; crianças com deficiência e bem dotadas; crianças trabalhadoras ou que vivem nas ruas; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais; crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados” (Aranha, 2003).

Ou seja, a dificuldade de aprendizado nem sempre está relacionada a deficiências, porém, mesmo assim essas crianças necessitam de uma abordagem especial e passam ser especiais porque exigem uma atenção diferenciada, qualquer aluno em qualquer momento pode necessitar de um currículo adaptado. Além disso, há um risco de ocorrer efeito adverso, se o trabalho não for bem direcionado, como por exemplo o preconceito e a discriminação. Dessa forma, o professor pode e deve contar com ajuda de especialistas como psicopedagogos, psicólogos ou serviços educacionais especiais, além de respeitar a diversidade e manter o trabalho pedagógico normal para manter a integração de todos os alunos de forma integral.

Abordagens metodológicas e flexibilidade do ensino

A adaptação curricular para alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) é um aspecto essencial para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa. No entanto, não é uma tarefa fácil, principalmente para professores que lidam diariamente com esse público, trata-se de um comprometimento que necessita de muita dedicação, pois e não se trata apenas de pensar nos alunos com necessidades educacionais especiais que estejam nas classes

regulares, mas também deve contemplar todos de forma geral. (Carvalho, 2019).

Nesse contexto, as abordagens metodológicas, ou seja, estratégias e métodos que os professores utilizam para facilitar o aprendizado, e a flexibilidade do ensino desempenham papéis cruciais na criação de um ambiente inclusivo e adaptado às diversas necessidades dos alunos. Assim, o professor deve explorar a heterogeneidade da sala de aula, conhecer os aspectos socioculturais de seus alunos numa perspectiva pedagógica que lhe permita criar instrumentos de aprendizagem, promovendo interações de maneira que cada aluno participe de forma integral de acordo com suas características, interesses, necessidades e saberes.

No entanto, essas abordagens devem ser atenciosamente escolhidas e, às vezes, adaptadas para atender os alunos com NEE. E para que essas abordagens se tornem relevantes deve-se atender algumas condições, como por exemplo as metodologias ativas citadas abaixo:

- **Ensino diferenciado:** uma vez que identificada a necessidade do aluno pode-se ajustar o ensino para diferentes níveis de habilidades de acordo com a realidade daquele aluno. Por exemplo, para alguns o material visual é melhor, para outros seria importante um material de apoio auditivo ou tátil.
- **Aprendizagem baseada em projeto:** essa abordagem facilita a aprendizagem e o engajamento de alunos com NEE, uma vez que pode ser facilmente adaptada, assim, permite um trabalho prático e criativo.
- **Ensino Cooperativo:** esse tipo de ensino proporciona uma experiência enriquecedora, pois o trabalho em grupo promove o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e de comunicação entre alunos com NEE e seus colegas, principalmente em se tratando de crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista).
- **Tecnologia assistida:** dependendo da necessidade educacional do aluno, o uso de algumas ferramentas tecnológicas, como por exemplo: áudio books, sites de jogos pedagógicos ou dispositivos de comunicação alternativa, pode facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento do currículo.

- Aprendizagem baseada em problemas: dependendo do grau de aprendizagem do aluno, sendo recomendado para altas habilidades, uma abordagem metodológica em que consiste em apresentar uma situação problema ao aluno para estimular o estudo de determinado conteúdo. Os estudantes podem ser organizados em pequenos grupos com ou sem tutoria para proporem alternativas de solução para o problema apresentado (Berbel, 1998).

- Sala de aula invertida: esse modelo de aprendizagem consiste em dar o conteúdo e a teoria para serem estudados em casa para na escola realizar as atividades relacionadas ao conteúdo. É estratégia considerada uma porta de entrada para o ensino híbrido, de acordo com Bacich, Neto e Trevisani (2015). Além de que a parte “expositiva” do conteúdo é feita em casa, o tempo em sala de aula pode ser dedicado à resolução de dúvidas, trabalhos em grupo e atividades práticas. Esse ambiente mais dinâmico pode favorecer a inclusão de alunos com NEE, proporcionando mais oportunidades de interação e suporte do professor, também pode envolver pais e cuidadores na adaptação dos materiais oferecendo um suporte em casa.

- Gamificação: dentro do contexto da educação, essa abordagem utiliza-se elementos de um jogo para criar um ambiente favorável para a aprendizagem, na qual necessita de um engajamento dos estudantes para a resolução de problemas, ou seja, cria-se uma simulação dentro de uma situação real (Murr e Ferrari, 2020). Essa abordagem torna o aprendizado mais envolvente e divertido. Isso pode aumentar a motivação dos alunos com NEE, que muitas vezes enfrentam desafios para se manterem focados e interessados nas atividades tradicionais. Além de permitir a criação de atividades personalizadas, adaptadas ao ritmo e às necessidades de cada aluno, assim alunos com NEE podem progredir em seu próprio ritmo, sem a pressão de acompanhar o restante da turma, o que é essencial para a inclusão.

- Modelo de aula prática: essa abordagem permite que o educador consiga identificar problemáticas individuais e coletivas que interferem no aprendizado dos alunos e esboçar um plano de ação, uma vez que essa proposta apresente conceito, desenho, execução, avaliação e conclusão (Carmo, 2018).

- Mapas conceituais: são ótimas ferramentas de interação entre estudantes e professores, nas quais envolve a organização e a representação gráfica de conteúdos estudados nas aulas, pode ser realizado individual ou coletivamente em folha de papel para serem socializados com colegas. Como pode ser trabalhado em grupo também favorece a participação de alunos com NEE.

Além dessas abordagens citadas, nas escolas que existem alunos com NEE em turmas de ensino regular, segundo uma investigação feita pela Agência Europeia para o desenvolvimento da educação de pessoas com NEE, também é fundamental que algumas estratégias de ensino sejam praticadas, entre elas pode-se destacar: o trabalho cooperativo, a intervenção, a aprendizagem com pares, o grupo heterogêneo e o ensino eficaz (Sanches, 2005).

O trabalho cooperativo, por sua vez, favorece uma interação positiva entre os alunos, incentivando a cooperação e a participação dos alunos com NEE, ajudando-os a desenvolver habilidades e competências sociais. Também, os professores podem organizar a sala de aula em pequenos grupos heterogêneos, assim como a diversidade de tarefas e materiais. Essa estratégia favorece a participação e o desenvolvimento da igualdade de oportunidades para todos dentro do grupo, pois quando os elementos de um grupo dependem uns dos outros para o sucesso final, todos se esforçam, promovendo a colaboração e cooperação, de modo todos aprendem.

No entanto, alguns alunos necessitam de um pouco mais de atenção, seja porque sua aprendizagem depende de alguma habilidade que ainda não foi desenvolvida ou por alguma deficiência ou qualquer outro motivo, por isso, deve-se valorizar o trabalho autônomo do estudante que consegue caminhar com suas próprias pernas, isto é, aqueles que conseguem desenvolver o conteúdo de forma independente, pois isso liberta o professor para dar apoio e acompanhar aqueles alunos que mais precisam. Nesse sentido, o educador deve organizar seu trabalho, levando em consideração o tempo, espaço e materiais disponíveis, assim se torna indispensável o planejamento das aulas e uma prática apoiada em uma pedagogia diferenciada.

Deve-se, também, levar em conta a parceria com outros professores, o trabalho multidisciplinar

é uma boa estratégia para se desenvolver habilidades e compartilhar experiências entre os pares. E numa filosofia de inclusão, repartir o espaço, tempo e responsabilidades entre professores e alunos é uma estratégia de referência em diferentes níveis de ensino, proporciona aprendizagens e interações sociais adequadas, promovendo o desenvolvimento global, sem perder de vista as necessidades específicas de cada aluno (Correia, 2003).

Outra prática muito importante quando se fala de educação inclusiva é a flexibilidade do ensino, isto é, ajustar o currículo, as avaliações e as estratégias pedagógicas de modo que atenda às necessidades educacionais de todos os alunos, garantindo a equidade da aprendizagem.

No entanto, a adaptação do currículo não se trata apenas de simplificar o conteúdo, mas sim torná-lo mais acessível ou fornecer alternativas que permitam ao aluno com NEE atingir os mesmos objetivos e desenvolver as mesmas habilidades dos demais. Isso pode incluir alterações de textos ou de critérios avaliativos ou substituição de atividades que possam ser muito desafiadoras. Nesse sentido, é dever do professor procurar uma forma de incluir todos os alunos no processo de aprendizagem indiferente de suas condições físicas ou cognitivas (Souza Freire, 2012).

Além disso, antes de qualquer intervenção pedagógica é necessário considerar que as adaptações devem seguir os mesmos objetivos prescritos segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, devendo somar os três níveis: projeto pedagógico, currículo desenvolvido em sala de aula e o nível de aprendizagem individual. Dessa forma, para Fonseca (2010), é necessário que as escolas de ensino regular se reorganizem a fim de construir uma educação acessível para todos.

Outro fator que se deve levar em conta é a flexibilidade das avaliações, assim como o currículo, as avaliações também devem ser adaptadas de acordo com as necessidades dos alunos, não somente dos portadores de NEE, mas também aqueles que conseguem ler e escrever de forma autônoma, porém podem não se sair muito bem em uma avaliação objetiva.

Dessa forma, as avaliações flexíveis são uma abordagem educacional que busca adaptar o processo de avaliação às necessidades e contextos dos alunos, permitindo uma maior personalização e inclusão. Esse modelo de avaliação reconhece que os estudantes têm diferentes formas de aprender

e expressar o que aprenderam, e, portanto, busca criar oportunidades variadas para que todos possam demonstrar suas habilidades e conhecimentos de maneira justa, considerando o processo de aprendizado e o desenvolvimento ao longo do tempo. Isso pode incluir feedback contínuo, revisões e oportunidades de aprimoramento.

Tudo isso deve-se levar em conta ao planejar as aulas, segundo Scherer (2015), a necessidade de uma educação flexível é uma característica atual para atender a necessidade de uma escola inclusiva, atentas às indigências e às formas possíveis de desenvolvimento de seus estudantes. Por isso, se torna imprescindível o planejamento individualizado para os alunos com NEE que definam metas de aprendizado personalizadas e os suportes necessários para atingi-las. O plano deve prever estratégias de ensino que atendam ao estilo de aprendizagem do aluno. Isso pode incluir instrução individualizada, ensino em pequenos grupos, uso de tecnologias assistivas, entre outras abordagens que facilitem o entendimento e a participação ativa do aluno.

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) deve conter objetivos claros, específicos e mensuráveis que guiem o progresso do aluno ao longo do ano letivo. Esses objetivos devem ser realistas e ajustados às capacidades e ritmo do aluno, mas também desafiadores o suficiente para promover o desenvolvimento contínuo. Eles podem abranger aspectos acadêmicos, comportamentais, sociais e de autonomia.

Outro aspecto importante também é o ambiente de sala de aula, sua organização é fundamental. Por exemplo, permitir que um aluno se sente perto do professor para facilitar a comunicação, ou organizar a sala de uma maneira que minimize distrações para alunos com TDAH são estratégias que podem auxiliar no processo de ensino aprendizagem.

Além disso, a organização física da sala de aula pode ser adaptada para promover diferentes tipos de atividades e interações. Mesas e cadeiras móveis permitem que a sala seja reorganizada para trabalhos em grupo, discussões em círculo, atividades práticas ou momentos de estudo individual. A criação de “zonas” dentro da sala, como cantos de leitura, áreas de colaboração e espaços para apresentações, também facilita a adaptação às diferentes necessidades dos alunos (Weinstein, et al.,

2015). Além disso, torna-se importante considerar a individualidade de cada estudante, pois ao se fazer isso, torna o processo de ensino-aprendizagem mais justo e eficaz, preparando melhor os alunos para os desafios futuros.

No entanto, a implementação de abordagens educacionais e a flexibilidade do ensino no que se refere à adaptação curricular podem enfrentar desafios, como falta de recursos, formação insuficiente de professores, ou resistência a mudanças. Para superar esses desafios, é importante que governos e instituições de ensino invistam em formação continuada para os professores focada na educação inclusiva e em estratégias de adaptação curricular. Além disso, o trabalho em colaboração com outros profissionais como psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, auxiliam os professores a desenvolverem estratégias adaptadas às necessidades de cada aluno. O envolvimento da comunidade escolar assim como dos pais e cuidadores, também, garantem que as necessidades dos alunos com NEE sejam compreendidas e atendidas de maneira eficaz (Lima e Martins, 2020).

Deste modo, a adaptação curricular para alunos com NEE é um processo dinâmico que exige uma abordagem metodológica cuidadosa e flexível. Ao implementar estratégias de ensino diferenciadas, ajustar currículos e avaliações, e criar ambientes de aprendizagem inclusivos, os educadores podem garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Disponibilidade de recursos de apoio ao docente e ao estudante

A disponibilidade de recursos didáticos podem apoiar tanto os docentes quanto os estudantes no contexto educacional. Isso pode incluir materiais didáticos, ferramentas tecnológicas, plataformas de ensino, bibliotecas, apoio psicológico, programas de tutoria e outras formas de suporte. Porém quando se trata da educação especial, adaptação curricular se torna um processo desafiador, pois o professor precisa atuar como um facilitador da aprendizagem para que o aluno alcance seus objetivos com autonomia, para que não fique apenas reproduzindo um conteúdo sem significado.

No entanto, o atendimento educacional especializado (AEE) não se restringe somente aos alunos com algum tipo de deficiência, mas também a todo público que necessita de uma atenção diferenciada momentaneamente, como o caso de alguns pequenos problemas de saúde, gestantes ou alunos com problemas psicológicos. Estes também precisam de adaptações curriculares e se a escola não o fizer poderá impactar negativamente o processo de ensino-aprendizagem desses estudantes.

De acordo com a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), todo educando tem o direito de uma educação adequada e os sistemas de ensino devem levar em conta toda a diversidade de características e necessidades de seus estudantes. Assim, com o intuito de atender essa demanda, os docentes necessitam de fazer adaptações curriculares, que são modificações, alterações ou transformações nos elementos básicos do currículo de acordo com cada especificidade para que adeque às necessidades do aluno (Correia, 1999).

Ou seja, esse processo educacional requer ser orientado por recursos metodológicos e estratégias diferenciadas para atingir os objetivos propostos, visando um rendimento qualitativo e procurando desenvolver o protagonismo no estudante através de metodologias ativas que pode ser compreendida com um processo interativo que busca encontrar soluções para um problema. Dessa forma, o professor deve atuar como um facilitador do processo de aprendizagem (Bastos, 2006).

No entanto, estudos revelaram uma forte influência das escolas jesuítas na forma de ensino do Brasil, para Anastasiou (2001) esse reflexo ainda pode ser observado nos dias de hoje, através de aulas expositivas seguidas de resolução de exercícios, memorização de conteúdo e formas de avaliação. Porém, quando se trata de alunos com NEE, é preciso um planejamento voltado a esses alunos de forma específica a cada necessidade para que o aprendizado seja efetivo. Dessa forma, para que o docente possa atuar de forma eficaz na educação inclusiva, é fundamental que ele tenha acesso a recursos de apoio que o auxiliem na adaptação do conteúdo e na prática pedagógica. Esses recursos podem ser divididos em três principais categorias:

- 1- Capacitação e Formação Continuada: Muitas vezes, a formação inicial dos professores

não abrange de forma adequada as práticas educacionais inclusivas. Por isso, é essencial que as instituições de ensino ofereçam cursos, workshops e programas de formação continuada que abordem o ensino de estudantes com NEE. Esses treinamentos são previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e devem incluir desde aspectos teóricos, como as especificidades das diferentes deficiências, até práticas pedagógicas inclusivas e o uso de tecnologias assistivas.

2- Suporte Técnico e Pedagógico: Além da formação, o docente precisa de apoio na sala de aula. Esse suporte pode vir de uma equipe multidisciplinar composta por psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais especializados. A presença de assistentes educacionais em sala de aula também é um recurso valioso, segundo Garrido (2009) favorece a tomada de consciência dos professores sobre sua prática, ações pedagógicas e dificuldades encontradas, permitindo-lhes que se concentrem no ensino enquanto o assistente oferece o suporte necessário ao aluno com NEE.

3- Recursos Didáticos Adaptados: Livros em braile, softwares educativos com recursos de acessibilidade, materiais manipulativos, plataformas educacionais e outros recursos adaptados pelo próprio professor, como por exemplo uma atividade mais prática para um aluno autista que contemple a mesma habilidade dos demais alunos são fundamentais para a inclusão efetiva. No entanto, deve ter funcionalidade específica no processo de construção da aprendizagem e ampliar o processo de exploração conceitual desenvolvido em sala de aula.

De acordo com Becker (2001), a educação precisa se tornar um processo de construção do conhecimento, no qual de um lado estão os professores e os alunos e do outro as realidades, os problemas sociais e o conhecimento já constituído. Dessa forma, assim como os professores, os estudantes com NEE também precisam de recursos adequados para que possam participar plenamente das atividades escolares. E dentre esses recursos podem incluir:

- **Tecnologias Assistivas:** englobam produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que tenham como objetivo promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de alunos com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, propondo sua autonomia, independência e inclusão social (CAT, 2007). Pode-se citar como tecnologia assistida dispositivos como leitores de tela, lupas eletrônicas, teclados adaptados, entre outros. As tecnologias assistivas não só facilitam o acesso ao conteúdo escolar, mas também contribuem para a socialização e a autoestima dos alunos.
- **Adaptações Curriculares:** Nem sempre o currículo tradicional atende às necessidades dos estudantes com NEE. Assim, é importante que as escolas em parceria com os professores realizem adaptações curriculares, personalizando o ensino de acordo com as habilidades e necessidades de cada aluno, inclusive aquele com alguma deficiência. Isso pode incluir a flexibilização de conteúdos, o uso de diferentes métodos de avaliação e a oferta de atividades diversificadas, que possibilitem acrescentar elementos alternativos na ação educativa, tais como: sistemas de comunicação, sistema Braille, Libras, alfabeto dígito-manual entre outros.
- **Ambientes Inclusivos:** A inclusão não se limita ao aspecto pedagógico, a escola deve atender as necessidades de todos os alunos, assim é necessário que o ambiente escolar como um todo seja inclusivo. Isso envolve desde a acessibilidade física, com rampas, elevadores e banheiros adaptados, até a promoção de uma cultura de respeito e acolhimento à diversidade. Programas de conscientização e combate ao preconceito são fundamentais para garantir que os estudantes com NEE sejam verdadeiramente incluídos na comunidade (Documento Unesco, 1996).

Portanto, para garantir que esses alunos tenham acesso ao currículo de forma equitativa, é necessário realizar adaptações que permitam o desenvolvimento das potencialidades de cada estudante.

Essas adaptações curriculares visam atender às necessidades individuais, respeitando as limitações e promovendo a autonomia e o aprendizado significativo. Neste contexto se discute os principais métodos de adaptação curricular para alunos com necessidades especiais, assim como a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que contemple as adaptações necessárias. O PDI deve ser constantemente revisado e ajustado conforme o desenvolvimento do aluno, garantindo que as adaptações continuem adequadas e eficazes.

De acordo com Lopes (2017) é muito importante considerar as necessidades específicas de cada tipo de deficiência ou da necessidade momentânea do aluno para poder selecionar o recurso didático ideal para facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Como se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 2- Elementos básicos para orientar o recurso didático considerando a deficiência:

Tipo de Deficiência	Descrição	Recursos Didáticos Básicos
Deficiência Visual	Inclui cegueira e baixa visão	Livros e materiais em braille; Textos em formato digital; compatível com leitores de tela; Mapas táteis e maquetes; Descrição oral de imagens e gráficos; Ampliação de textos e imagens.
Deficiência Auditiva	Inclui surdez e perda auditiva parcial.	Uso de Libras (Língua Brasileira de Sinais); Subtítulos e legendas em vídeos; Materiais visuais complementares; Aparelhos auditivos ou implantes cocleares; Intérprete de Libras, se necessário.
Deficiência Física	Mobilidade reduzida ou uso de cadeiras de rodas	Mesas e cadeiras adaptadas; Materiais didáticos de fácil manuseio; Tecnologias assistivas, como teclados adaptados; Espaço acessível na sala de aula; Auxílio para escrita e outras atividades manuais.
Deficiência Intelectual	Dificuldades cognitivas e de aprendizagem	Materiais didáticos simplificados; Uso de atividades lúdicas e concretas; Instruções claras e passo a passo; Repetição de conceitos e práticas; Suporte individualizado e adaptações curriculares.

Transtornos Globais do Desenvolvimento (como o autismo)	Comprometimento na socialização e comunicação.	Rotinas bem definidas e previsíveis; Materiais visuais como pictogramas; Uso de tecnologia assistiva para comunicação (TEA); Minimização de estímulos sensoriais excessivos; Reforço positivo e suporte emocional.
Altas Habilidades/ Superdotação	Capacidade acima da média em uma ou mais áreas	Atividades desafiadoras e diferenciadas; Projetos independentes e pesquisa orientada; Uso de recursos tecnológicos avançados; Enriquecimento curricular; Participação em competições e grupos de interesse;

Fonte: adaptado de Lopes (2017)

Esses elementos fornecem uma visão geral de como os recursos didáticos podem ser adaptados para atender às necessidades de cada tipo de deficiência, conforme sugerido por Lopes (2017). A aplicação prática deve sempre considerar as especificidades de cada estudante e contexto educacional.

Portanto, cabe ao professor analisar e selecionar os recursos didáticos adequados a seus alunos. Deve-se também levar em conta, aqueles estudantes que precisam de uma atenção imediata, aqueles que estão afastados de seus estudos por um curto período, como licenças médicas, gestantes, viagens ou por qualquer outro motivo. Estes também precisam de uma adaptação curricular, seja através recursos tecnológicos ou até mesmos pesquisas que podem ser feitas no ambiente domiciliar.

Para se elaborar ou adaptar o currículo, também se torna necessário avaliar os recursos didáticos a serem utilizados e considerar a estrutura didática para que o trabalho seja desenvolvido de maneira equitativo e que possa atender toda a clientela escolar. Para que isso possa ocorrer, deve-se levar em conta uma estrutura didática básica, como por exemplo: identificar as necessidades de aprendizagem de cada turma, ou seja, traçar o perfil da turma, assim a seleção do conteúdo de estratégia de ensino se tornem mais significativos.

Outro ponto que se deve levar em consideração quando se trata de adaptação curricular é avaliação, não se deve avaliar o desempenho de todos da mesma forma, pois cada estudante aprende

de forma diferente, cada um tem seu ritmo de aprendizagem, assim ao avaliar um aluno deve-se levar em conta sua deficiência. De acordo com Aretio (2006), ao se avaliar um aluno deve-se ajustar os objetivos da avaliação tanto no nível individual quanto no nível grupo, fazer com que os próprios alunos consigam enxergar suas lacunas no processo ensino-aprendizagem e definir onde focar mais seus estudos, ou seja, dar autonomia ao aluno. E a partir dessa análise comparar estratégias e metodologias e adequar a necessidade dos alunos.

Assim, além de selecionar conteúdos e recursos didáticos é de muita importância o professor saber avaliar cada aluno em sua especificidade, a avaliação deve acontecer em diferentes momentos do processo de aprendizagem, no início do processo a fim de diagnosticar as necessidades dos alunos (avaliação diagnóstica) e adequar o ensino de acordo com as especificidades de cada um; durante o processo de ensino-aprendizagem (avaliação formativa, contínua ou reguladora), esse retorno do professor ao aluno é muito importante, pois ajuda o aluno a aprimorar sua aprendizagem e também auxilia o professor a identificar onde o processo foi falho e ajustar à necessidade de sua turma; ao final do processo (avaliação cumulativa) que avalia todo o processo ao final de uma atividade, através de uma entrega de trabalho ou pesquisa. (COLL, 2004).

Estratégias para a adaptação curricular para alunos NEE

Atualmente, a Educação Especial no Brasil tem sido muito discutida ultrapassando a simples concepção de atendimento especializado a esse público, pois de acordo com a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases) esse tipo de educação está voltada à formação plena e integral do indivíduo como cidadão, isto é, vai além de se ensinar conteúdo, o aluno precisa ser inserido no contexto escolar como um todo, participando ativamente da dinâmica escolar, como por exemplo gincanas, campeonatos, apresentações, entre outras atividades. Porém, sempre respeitando os limites e as diversidades desse público.

Apesar do conteúdo e das estratégias serem adaptados não podem acontecer isoladamente,

mas devem acontecer em todos os níveis da educação, desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental até o ensino médio, não parando aí, pois também o ensino superior e o profissionalizante devem se adequar às necessidades educacionais de seus alunos.

Dessa forma, para Costa, 2009 p.33:

O currículo adaptado implica compreender situações diferenciadas, maneiras diversificadas de apresentar conteúdos que facilitem a compreensão. Nunca será permitida a adaptação do currículo com a intenção de selecionar quais conteúdos o aprendente com deficiência terá condições ou não de aprender. Seria um equívoco pesar adaptação de currículo neste formato.

No contexto educacional, há algumas circunstâncias que definem as ações pedagógicas, tais como: o quê, como e quando o aluno deve aprender e quais os aspectos de organização do processo de ensino aprendizagem se torna mais eficiente e finalmente como avaliar o aluno. Ainda, para que haja um aprendizado significativo deve-se levar em conta, quando se trata da educação especial, alguns aspectos, tais como: a preparação e a dedicação da equipe pedagógica, garantindo acesso ao currículo por meio de adequações, além de contar com apoio e recursos especializados quando for o caso.

Porém, há que se levar em conta que os alunos com algum tipo de deficiência precisa de aulas mais lúdicas, mais repetitivas e um currículo mais flexível, por isso uma formação adequada é importante para o professor, ele precisa saber avaliar o aluno, levantar seu perfil através de avaliações individuais. Contudo, outra dificuldade surge quando se fala de material, há uma extensa gama de material adaptado para o Ensino Infantil e Fundamental I, enquanto para o Fundamental II e Ensino Médio é muito escasso, tendo que o professor confeccionar seu próprio material. Dessa forma, serão discutidas algumas estratégias que podem auxiliar o professor nessa tarefa.

Para se iniciar a adaptação curricular, a primeira coisa a se fazer é a avaliação individualizada do aluno. Essa avaliação deve considerar suas habilidades, dificuldades, interesses, necessidades específicas, déficits, limitações de atividades ou restrições de participação (OMS, 2011, p. 309). Seu objetivo é compreender o perfil de aprendizagem do aluno, traçar seu diagnóstico, a fim de identificar

suas necessidades educacionais, para que as adaptações sejam direcionadas e eficazes para facilitar seu processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento pessoal e social, e em hipótese alguma a avaliação servirá para, classificar e rotular o aluno. (Blanco, 2015, p.18). Para isso, a equipe pedagógica, em conjunto com especialistas, pode utilizar ferramentas de avaliação para identificar quais áreas do currículo precisam ser adaptadas.

O Ministério da Educação do Brasil define três etapas fundamentais para avaliar e detectar a necessidade de um currículo adaptado: a fase de detecção; e a fase de projeção e a fase de avaliação

A fase de detecção é realizada pelo professor da educação infantil, levando em conta que as dificuldades da criança podem surgir a qualquer momento quando começa sua abordagem pedagógica, portanto esse professor em consenso com a família e com ajuda de especialistas em saúde podem recomendar uma avaliação pelas instituições especializadas em saúde. Após a detecção, a criança passa pela avaliação que é feita por especialistas como: médicos, psicólogos, psicopedagogos. Esses especialistas avaliam as NEE, dando um diagnóstico preciso.

Após esse diagnóstico, vem a fase da projeção, momento em que a escola, pais e professores trabalham em conjunto para ajudar a criança, através dos ajustes curriculares. No entanto, existem métodos e procedimentos mais utilizados para fazer a avaliação, entre eles estão: A observação direta do comportamento e das interações do aluno na sala de aula. Durante a rotina escolar, o professor ou especialista observa como o estudante se comporta, participa das atividades, interage com colegas e lida com desafios diários. Outro método que pode auxiliar é a entrevista com o próprio aluno, pois ajuda a identificar fatores externos que podem influenciar seu desempenho, como questões emocionais, familiares ou sociais. Perguntas sobre interesses, desafios e preferências também ajudam a orientar estratégias pedagógicas personalizadas.

Outra prática bastante produtiva para a fase de avaliação são os produtos das atividades, por exemplo uma produção de texto, um desenho, resoluções de problemas, tudo isso serve de registro, podendo a partir daí formar um portfólio do aluno NEE, facilitando a observação e a avaliação de seu desempenho e auxilia o ajuste de conteúdo e metodologias assertivas a cada tipo de dificuldade

apresentada pelo aluno.

Depois de avaliar todas as potencialidades dos alunos, principalmente os NEE, é de suma importância desenvolver o currículo de forma que garanta equidade de todos, com esse objetivo é que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da Educação Nacional definiu o currículo escolar como um conjunto de competências e habilidades que norteiam a formação geral básica, assim como os conteúdos mínimos a serem desenvolvidos nas escolas (LDB, 1996, Art. 9 IV). Portanto, o currículo é a parte integral do processo de ensino-aprendizagem do aluno e se comparado com a turma, esse aluno não consegue ou tem dificuldade em desenvolver esse conteúdo, pode ser diagnosticado com NEE.

Então, essa criança necessita de uma adaptação curricular que pode ser feita através de uma flexibilização dos conteúdos, ou seja, o conteúdo pode ser ensinado através de desenhos, músicas, peças de teatros, jogos on-line etc. desde que não fujam do conteúdo aplicado a turma e se mantenha dentro da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Porém, deve-se levar em conta que flexibilização do conteúdo não é a mesma coisa de adaptação, pois a flexibilização é uma modificação de grande porte e o professor não tem autonomia de fazer sozinho, envolvendo outras pessoas e instituições. Já a adaptação é uma pequena modificação do conteúdo que o próprio professor pode realizar, como por exemplo, imprimir atividades em tamanho ampliado, usar imagens e gravuras para facilitar a compreensão, fazer uma avaliação oral (Godoy, 2023).

Dentre essas estratégias de adaptação curricular, pode-se citar também um ajuste no espaço físico da sala de aula, como por exemplo para atender um aluno que precise se locomover com dificuldade de forma temporária ou permanente, pode dispor as carteiras de forma garantir essa mobilidade ou deixar a criança com baixa visão sentada em frente ao quadro e perto do professor facilitando assim seu apoio. Outro exemplo é de colocar um aluno monitor que possa apoiar o colega que tenha alguma dificuldade, dispondo as carteiras uma ao lado da outra. Também o trabalho em pequenos grupos pode despertar a colaboração dos alunos favorecendo a aprendizagem do aluno NEE. Portanto, a disposição das carteiras e a organização da sala de aula depende do objetivo proposto pelo

professor.

O gráfico a seguir faz uma análise das necessidades especiais específicas e quais adaptações são mais adequadas:

Necessidades Especiais e Adaptações Específicas

Necessidades Especiais	Adaptações Específicas
Deficiência visual ou baixa visão	Disponer o mobiliário de forma que facilite o acesso ao aluno; Explicar verbalmente sobre a atividade a ser desenvolvida; Oferecer materiais didáticos como por exemplo lupas, audiobooks, material ampliado, equipamento de informática.
Deficiência auditiva	Posicionar o aluno de forma que consiga ver o professor, possibilitando a leitura labial; Disponibilizar material visual para que possa facilitar a compreensão; Solicitar a interpretação do texto por materiais plásticos (gravuras, desenhos) ou cênicos (dramatizações e mímicas); Usar sistema de comunicação alternativo adaptado às necessidades dos alunos.
Deficiência mental	Posicionar o aluno de frente à mesa do professor; Estimular a comunicação e o desenvolvimento cognitivo; Estimular a interação social com os colegas; Ensinar a pedir ajuda quando necessário;
Altas habilidades	Estimular o envolvimento em atividades cooperativas; Estimular a pesquisa; Promover tarefas que exijam maior habilidade.

Fonte: adaptado de Aranha (2000).

Além da adaptação curricular, também deve-se pensar na adaptação curricular, uma vez que alguns professores adotam sempre a mesma rotina na hora de ensinar, como por exemplo pautar no quadro o conteúdo a ser ensinado e os objetivos pretendidos, leitura de textos motivadores, tarefas a serem cumpridas e corrigidas e assim por diante. Não que essa rotina esteja equivocada, mas será que o professor dessa forma consegue identificar e sanar as dificuldades de um aluno específico?

Muitas vezes para se atender as necessidades educacionais de alunos especiais precisa-se pensar em estratégias diferentes que fujam da rotina daquele professor, por exemplo, uma atividade

de biologia que exija a descrição de animais, poderia apresentar variações de metodologia, as quais atendam as necessidades de cada um. A um aluno de baixa visão seria necessária uma apresentação minuciosa das características de cada animal para que ele consiga realizar a atividade com as mesmas oportunidades dos demais alunos.

Outro caso a ser citado é o de um aluno que apresente deficiência auditiva, seria interessante apresentar a ele gravuras, imagens, fotos desses animais, textos escritos além de usar gestos, mímicas, recursos digitais para que esse aluno atinja o objeto da aprendizagem. Um aluno que tenha dificuldade de abstração precisa de algo concreto para que consiga desenvolver a atividade como gravuras, objetos etc. As crianças com dificuldade de concentração ou déficit de atenção é bem interessante a combinação de conceitos e jogos que podem ser digitais ou não. A alunos com superdotação seria muito produtivo apresentar-lhes oportunidades de pesquisa em laboratórios, assim como alunos com alguma deficiência mental, precisam tanto de atividades alternativas quanto complementares e assim por diante. Portanto, atividades de diferentes graus de dificuldade pode permitir o desenvolvimento de diferentes níveis de habilidades. Esse tipo de abordagem é chamado de Desenho Universal para Aprendizagem (DUA).

De acordo com Godoy (2023, p.15):

DUA não é uma metodologia, mas sim uma abordagem educacional com ênfase no planejamento. A partir desse entendimento, o DUA propõe que o professor desenvolva e aplique metodologias, estratégias e materiais diversificados que contribuam para a aprendizagem dos estudantes com ou sem necessidade educacional específica e que sejam acessíveis a todos.

Ainda de acordo com Godoy (2023, p.16):

O DUA é uma abordagem educacional que permite ao professor olhar para as especificidades dos seus estudantes sem desconsiderar que elas fazem parte de um grande coletivo, proporcionando aos mesmos uma variedade de opções de apresentação, ação, expressão, envolvimento, engajamento, aprendizagem e desenvolvimento. É importante destacar que não há redução de currículo, já que a ênfase está no planejamento e na seleção das metodologias, estratégias,

materiais e recursos que sejam acessíveis a todos e não só para os estudantes com necessidades educacionais específicas.

Porém, para que a aprendizagem ocorra de forma a contemplar a todos de acordo com cada necessidade, se faz indispensável um apoio ao professor através de capacitações que podem ser ofertadas pelas redes de educação, seja pública ou particular. Nesse sentido, o profissional capacitado com os princípios do DUA saberá promover com maestria o aprendizado e a participação de todos os estudantes, buscando rever suas metodologias e melhorias em seu planejamento.

De acordo com Bonato (2009, p.122) “a formação do professor é de grande importância uma vez que ele promove mudanças significativas para uma educação de qualidade a todos”. Portanto, é de suma importância que o professor conheça sua turma para procurar satisfazer e sanar as dificuldades apresentadas num contexto geral, também avaliar de forma individual cada aluno e procurar recursos pedagógicos e melhor metodologia que se adapte a exigência daquela situação de aprendizagem específica e se for o caso fazer uma adaptação curricular, além de utilizar de métodos avaliativos flexíveis. Quando o professor usa estratégias que facilitem o aprendizado, proporciona aos estudantes o prazer e o desejo de aprender.

Nessa perspectiva, deve-se levar em conta também o processo avaliativo dos alunos NEE, pois sua avaliação não deve ser nivelada em consonância com a turma, cada aluno é único assim como sua aprendizagem, dessa forma o professor precisa considerar as habilidades e necessidades específicas. Para que isso aconteça de forma a contemplar a todos, promovendo a inclusão, há algumas estratégias, tais como:

- 1- Identificar as dificuldades individuais e promover a atividades avaliativas adaptadas de acordo com a deficiência, estilo de aprendizagem ou outra característica que possa impactar no desempenho do aluno nas avaliações.
- 2- Utilizar variedades de instrumentos avaliativos como por exemplo: portfólios, trabalhos em grupo, provas orais, apresentações práticas ou avaliações baseadas em desempenho.
- 3- Garantir a acessibilidade a todos, criando provas com fontes ampliadas para alunos de

baixa visão, uso de recursos tecnológicos ou criar versão adaptada das avaliações.

4- Criar condições e disponibilizar tempo extra para aqueles alunos que necessitam, como o caso de alunos com déficit de atenção que precisam de um espaço tranquilo, sem distrações.

5- Reduzir a ansiedade dos alunos fornecendo instruções claras do que devem produzir durante a avaliação, isso pode elevar seu desempenho.

6- Utilizar avaliação contínua, fornecer um feedback constante aos alunos, ajuda a acompanhar seu progresso, sempre é importante saber o que ele aprendeu, quais habilidades precisam ser mais bem trabalhadas para seu melhor desempenho.

7- Pedir ajuda a um especialista em educação especial para garantir que as avaliações inclusivas atendam todas as necessidades do aluno especial.

Portanto, adaptar o currículo escolar não significa reduzir o conteúdo ou torná-lo mais fácil e sim estudar, em primeiro momento a dificuldade do aluno ou sua necessidade educativa especial para posteriormente propor atividades diversificadas em que inclua a turma como um todo no processo de ensino-aprendizagem. Ainda, não se deve esquecer que o processo de avaliação também é muito importante e dar um feedback ao aluno NEE é de suma importância, pois ele necessita saber que o professor se interessa pelo seu aprendizado e que está presente neste processo.

Pode-se dizer, no entanto, que para se avaliar é necessário que o professor tenha várias perspectivas e repense suas metodologias, dessa forma, um bom planejamento das aulas se torna muito importante, pois é através do planejamento que o docente consegue prever sua metodologia, se deve ou não usar plataformas educacionais, que hoje em dia, são grandes aliadas tanto na educação regular quanto na educação especial, ou ainda quais materiais seriam adequados a cada tipo de aluno e até mesmo a forma de se avaliar de acordo com seu objetivo de aprendizagem.

Nesta perspectiva, o professor deve deixar claro os objetivos e habilidades que quer atingir já em seu plano de aula, o qual deve sempre ser revisto e modificado de acordo com a exigência de cada turma ou ainda, de modo particular, do aluno NEE. Assim, a avaliação deve dar um diagnóstico

preciso daquilo que o aluno é capaz de desenvolver, compreender e realizar com autonomia dentro do contexto das aprendizagens, pois caso algum aluno não consiga atingir o esperado, o professor deve rever sua abordagem e repensar em sua metodologia para a complementação ou suplementação daquilo a ser ensinado.

Portanto, a prática avaliativa consiste em um diagnóstico da aprendizagem pela continuidade, repetições e readaptações metodológicas capazes de sanar lacunas e destacar potencialidades dos educandos. Também se deve levar em conta que avaliar não é penalizar, mas rever conceitos, readequar estratégias e metodologias diversificadas que auxiliam os alunos a atingirem os objetivos da aprendizagem proposta pelo professor (Souza, 2005). Com isso, deve-se sempre ter em conta que o currículo é um instrumento norteador que o professor se baseia para propor o aprendizado, isto é, cabe ao docente se apropriar de metodologias, técnicas e estratégias para que lhe dê um significado, assim como sua adaptação para caso da educação especial e garanta um bom funcionamento da escola como um todo.

Conclusão

Como pode-se observar, há um aumento de matrículas de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, de acordo com o Censo Escolar (2005 e 2011), isso vem acontecendo devido a Declaração de Salamanca durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, organizada pela UNESCO, esse documento garantiu educação de qualidade a todas as crianças incluindo as que apresentam qualquer tipo de deficiência ou situação de vulnerabilidade ou dificuldade temporária. Independentemente de quaisquer implicações que a criança possa ter, a Declaração defende o princípio fundamental da escola inclusiva ao reconhecer às diversas necessidades de seus alunos, garantindo uma educação de qualidade através de um currículo adequado e estratégias de ensino que respeitem o ritmo de aprendizagem de cada indivíduo.

Assim, se torna dever do Estado e da família proporcionar a essas crianças e adolescentes

meios de acesso à Educação Básica, sendo garantida pela Lei de Diretrizes e Bases Da Educação (Lei nº 9.394/1996), também a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), em seu artigo 27, garante um ensino de qualidade em todos os níveis de aprendizado ao longo da vida, alcançando seu desenvolvimento pleno.

Atualmente, a implementação de políticas públicas, como por exemplo o Decreto Presidencial nº 6.571/2008, que aborda exclusivamente o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Decreto Presidencial nº 7.611/2011, que propõe a organizar a modalidade da Educação Especial como um todo manifesta-se como modelo de inclusão, propondo que todos os estudantes têm o direito de frequentar a sala comum, aprendendo e participando sem discriminação. E o aluno com deficiência deve receber atendimento especializado na própria escola ou em centros especializados no contraturno da escola regular como um complemento e não como substituto do ensino regular.

Dessa forma, esse tipo de atendimento tem como objetivo identificar as dificuldades de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), elaborar um plano de ação e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que supram suas necessidades educacionais, promovendo a inclusão plena. Porém, surge um novo dilema relevante apontado no documento “Educação Já 2022”: a necessidade de capacitação do professorado, com objetivo de preparar estes profissionais da educação, motivá-los e dar-lhes condições adequadas de trabalho em toda escola, este é um dos mais complexos desafios da profissão docente.

Já que, de acordo com relatório da Unesco (2020), 70% dos países da América Latina possuem leis e políticas para capacitação de professores para inclusão geral, porém apenas 59% apresentam programas de capacitação para necessidades educacionais especiais, além disso, mais de 50% dos professores no Brasil, na Colômbia e no México expuseram uma ampla necessidade de desenvolvimento na área da educação inclusiva. (UNESCO, 2020).

Assim, deve se levar em conta que para constituir condições a fim de desenvolver a inclusão desses alunos seria ideal constituir um trabalho colaborativo, entre o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), estabelecendo metas de acordo com a individualidade de cada

aluno especial e o professor da sala comum, através de horas extraclasse que possam ser dedicadas ao planejamento pedagógico inclusivo, construção de materiais pedagógicos acessíveis que priorizem a potencialidade individual.

Porém, não se deve confundir necessidades educacionais especiais com fracasso escolar, há os fatores que implicam na defasagem de aprendizado, tais como: condições individuais, econômicas ou socioeducacionais dos alunos, ou seja, a dificuldade de aprendizado nem sempre está relacionada a deficiências, há outros fatores que influenciam no aprendizado de acordo com Aranha (2020). Assim mesmo essas crianças necessitam de uma abordagem especial e passam ser especiais porque exigem uma atenção diferenciada. Contudo, há riscos de ocorrer efeito adverso, se o trabalho não for bem direcionado.

Assim, fazer a adaptação curricular não é uma tarefa fácil, trata-se de um comprometimento que necessita de muita dedicação, uma vez que deve contemplar a todos de forma geral. (Carvalho, 2019). Nesse contexto, as abordagens metodológicas e a flexibilidade do ensino desempenham papéis cruciais na criação de um ambiente inclusivo e adaptado às diversas necessidades dos alunos.

Dessa forma, a adaptação curricular consiste em criar alternativas que permitam ao aluno com NEE atinja os mesmos objetivos e desenvolva as mesmas habilidades prescritos segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, devendo somar os três níveis: projeto pedagógico, currículo desenvolvido em sala de aula e o nível de aprendizagem individual. Nesse sentido, é dever do professor procurar uma forma de incluir todos os alunos no processo de aprendizagem indiferente de suas condições físicas ou cognitivas (Souza Freire, 2012).

Outro fator que se deve levar em conta é a flexibilidade das avaliações, elas também devem ser adaptadas de acordo com as necessidades dos alunos, não somente dos portadores de NEE, mas também aqueles que conseguem ler e escrever de forma autônoma, porém podem não se sair muito bem em uma avaliação objetiva.

Consequentemente, as avaliações flexíveis são uma abordagem educacional que busca adaptar o processo de avaliação às necessidades e contextos dos alunos, permitindo uma maior

personalização e inclusão. Esse modelo de avaliação reconhece que os estudantes têm diferentes formas de aprender e expressar o que aprenderam, e, portanto, busca criar oportunidades variadas para que todos possam demonstrar suas habilidades e conhecimentos de maneira justa, considerando o processo de aprendizado e o desenvolvimento ao longo do tempo. Isso pode incluir feedback contínuo, revisões e oportunidades de aprimoramento.

Além disso, a avaliação deve acontecer em diferentes momentos do processo de aprendizagem, no início do processo a fim de diagnosticar as necessidades dos alunos (avaliação diagnóstica) e adequar o ensino de acordo com as especificidades de cada um; durante o processo de ensino-aprendizagem (avaliação formativa, contínua ou reguladora) e ao final do processo (avaliação cumulativa) que avalia todo o processo ao final de uma atividade, através de uma entrega de trabalho ou pesquisa. (COLL, 2004).

A avaliação individualizada do aluno NEE também é um instrumento muito importante para se iniciar uma adaptação curricular, uma vez que ela deve considerar suas habilidades, dificuldades, interesses, necessidades específicas, déficits, limitações de atividades ou restrições de participação (OMS, 2011, p. 309), deve traçar o perfil do aluno a fim de identificar suas necessidades educacionais, para que as adaptações sejam direcionadas e eficazes para facilitar seu processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento pessoal e social. Para isso, O Ministério da Educação do Brasil define três etapas fundamentais para avaliar e detectar a necessidade de um currículo adaptado: a fase de detecção; e a fase de projeção e a fase de avaliação.

Outro fator importante quando se trata da adaptação curricular são ajustes nos espaços físicos da sala de aula a fim de garantir a mobilidade de um aluno cadeirante, por exemplo, ou sentar a criança próximo ao professor para facilitar o apoio necessário, porém, a disposição das carteiras e a organização da sala de aula depende do objetivo proposto pelo professor, além de serem estratégias simples, mas que fazem a diferença quando se trata de educação inclusiva. Esse tipo de abordagem é chamada de Desenho Universal para Aprendizagem (DUA).

O DUA, de acordo com Godoy (2023, p.15 e 16) é uma abordagem educacional que propõe

ao professor desenvolver e aplicar metodologias, estratégias, além de usar materiais diversificados que contribuam para aprendizagem de todos os estudantes, independente de necessidades especiais, e ainda permite ao professor um olhar individualizado a cada estudante, proporcionando a eles muitas opções de aprendizagem e desenvolvimento. Porém, tudo isso só é possível através de apoio ao profissional em forma de capacitação, seja este professor de escola pública ou privada, só assim ele será capaz de promover mudanças significativas e uma educação de qualidade sem distinções (Bonato, 2009, p.122).

Portanto, conclui-se que adaptar o currículo escolar não significa torná-lo mais fácil e sim propor atividades diversificadas para que os alunos com NEE se desenvolvam de forma plena juntamente com seus colegas de turma e não se sintam excluído do processo de ensino-aprendizagem. O plano de aula deve sempre ser revisado para que se readéque às necessidades do aluno, além de usar estratégias e metodologias diversificadas. Também deve-se levar em conta que ao avaliar o aluno, o professor faz um diagnóstico da aprendizagem, dessa forma, baseia-se na avaliação para propor o aprendizado e garantir um bom funcionamento da escola como um todo.

Referências bibliográficas

Albuquerque. T. (2017). Adaptação curricular de autistas. O que pensam os professores?. Tese de doutorado não publicada. Universidade Federal da Paraíba.

Aranha, M.S.F. (2003). Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais / coordenação geral: SEESP/MEC Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.

Avramidis, E., & Norwich, B. (2002). Atitudes dos professores em relação à integração/inclusão: uma revisão da literatura. *European Journal of Special Needs Education*, 17 (2), 129–147. <https://doi.org/10.1080/08856250210129056>

Durlak, J. A., Weissberg, R. P., Dymnicki, A. B., Taylor, R. D., & Schellinger, K. B. (2011). The impact of enhancing students' social and emotional learning: A meta-analysis of school-based universal interventions. *Child Development*, 82(1), 405-432.

Educação inclusiva: conheça o histórico da legislação sobre inclusão. (2020). <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>

Ensinando professores de sala comum a fazer adaptação curricular. (2019). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752019000200008

Figueira, E. (2003). Introdução geral à educação inclusiva - Artigos, Entrevistas, práticas pedagógicas, Materiais didáticos para professores e famílias, Legislações, São Paulo: Figueira Digital/Agbook

Ferrari, I., Vilaronga, C. & Nassim, E. (2019). Ensinando professores de sala comum a fazer adaptação curricular: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752019000200008

Flick, U. (2009). An Introduction to Qualitative Research. Sage Publications.

Godoy, P. & Machado, M (2023). Estratégias de adaptação e flexibilização curricular para a Educação Profissional e Tecnológica.

Hernández, S. R.; Fernández, C. C.; Baptista, L. P. (2014). Metodología de la Investigación. México DF: McGraw-Hill. https://periodicooficial.jalisco.gob.mx/sites/periodicooficial.jalisco.gob.mx/files/metodologia_de_la_investigacion_-_roberto_hernandez_sampieri.pdf

Lemov, D. (2016) Reading Reconsidered: A Practical Guide to Rigorous Literacy Instruction. San Francisco: Jossey-Bass.

Lima F. & Martins R. (2017). Adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais específicas e os desafios de sua operacionalização. Educação Pública. doi: 10-18264/REP

Oliveira, R. (2023). Educação inclusiva é assunto para todas as etapas de formação de professores. Disponível em: https://porvir.org/educacao-inclusiva-e-assunto-para-todas-as-etapas-de-formacaodeprofessores/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw0_WyBhDMARIsALIVz8sDlIiBL2vU9Lr2f9d8F1wp27GZxNXZ2k0r6jOUpr4KuJuzoMIWIEaAuiEALw_wcB

Rodríguez, C. L.; Pueyo, S. (2014). Metodologia de la Investigación Científica. Barcelona: FUNIBER. <https://campus2.funiber.org/course/view.php?name=FP092>

Rutter, M. (1983). School effects on pupil progress: Research findings and policy implications. *Child Development*, 54(1), 1-29.

Taís Fim Alberti, T., Abegg, I., Rejane. M., Costa, J. & Tilton, M (2014). Dinâmicas de grupo orientadas pelas atividades de estudo: desenvolvimento de habilidades e competências na educação profissional. *Brasília*, v. 95, n. 240, p. 346-362